

AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS SOBRE " PROGRAMAS ABERTOS DE COMPUTADORES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA"

Aos dias vinte e um de novembro de dois mil e dois, no Plenário da Câmara Municipal de Ouro Preto, realizou-se a Audiência Pública supracitada que foi presidida pelo Vereador Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho. Inicialmente o Vereador Ariosvaldo falou do objetivo desta Audiência Pública que é o uso de programas abertos. Falou que iriam ouvir os especialistas da área uma vez que já tem o Projeto elaborado, mas que pode ser modificado. Iniciou a presente Audiência Pública com a exposição do Sr. Gildásio Westiu. Sr. Gildásio Westiu: Falou da discussão acerca do uso dos softwares livres que é algo de extrema importância; dá liberdade de se analisar e adaptar os softwares a fim de adequá-los às necessidades e não o inverso. Falou que o órgão público não pode se adequar à exigência e à imposição de alguém que elaborou um determinado software. Segundo ele, dentro disso, quando se coloca a questão dessa visão da liberdade de alterar e trabalhar esse software, que deve estar disponível para todos, pois a divisão da informação é um bem potente para o crescimento da democracia. Fez uma breve dissertação que retomou quase que no início da história da informática: década de setenta, quando se começava a ampliar o uso da informática em que havia a cooperação entre os especialistas que trocavam experiências e soluções para a elaboração dos softwares; surgimento da visão do desenvolvimento do softwares em que não existia mais a cooperação. Quanto à década de oitenta, disse que houve um acontecimento que marcou o processo: o Meet nos Estados Unidos que ganhou uma das primeiras impressoras a laser, mas que não tinha funcionamento como impressora de rede e era necessária uma adaptação, sendo que isso era julgado como impossível de ser realizado pela fabricante da impressora que falava que o Programa do Drive de conexão era de propriedade dela e que ela só forneceria se todos os funcionários do Meet assinassem um acordo de não divulgação e que devolvesse o drive melhorado à companhia, ou seja não se podia divulgar a melhoria feita. Contra tal atitude, se rebelou um dos professores do Meet. A partir desse momento, houve um levantamento da questão da propriedade social do conhecimento. Começou-se a se fazer o desenvolvimento de sistemas alternativos para essa ditadura, esse monopólio que impedia que um centro acadêmico melhorasse o funcionamento de um equipamento, já que o proprietário do equipamento não permitia que isso fosse conhecimento de mais ninguém. Foi a partir daí que pessoas na Europa, Estados Unidos, principalmente as universidades e os centros de tecnologia, começaram a buscar a liberdade no desenvolvimento e no uso do software. Deu-se um salto de qualidade, chegando ao desenvolvimento do Linux. O Sr. Gilvásio falou de como foi iniciado o uso desse software que ganhou cada vez mais força no uso como software nas máquinas que armazenam as redes. Surgiram também uma série de novos softwares que foram permitindo que se ampliasse cada vez mais o uso do software livre. Falou da criação da Free Software Foundation que passou a ser a gestora desse desenvolvimento do Linux. Princípios básicos vistos por essa comunidade que hoje agrega milhões de pessoas: a contrapartida de uma visão daqueles que defendiam o software proprietário que dizem que existe o direito natural das empresas desenvolvedoras do software serem donas dele e que detêm o poder sobre os usuários, sendo que a comunidade do software livre começou a defender exatamente o contrário a essa visão. Para eles, a idéia do software livre é baseada nas quatro liberdades que identificam um software livre ou não: 1ª) a liberdade de executar um programa para qualquer propósito; 2ª) estudar um programa e adaptá-lo às necessidades; 3ª) distribuir cópias tanto gratuitas como vendidas; 4ª) distribuir versões modificadas de tal modo que a comunidade possa se beneficiar de todas as alterações. Segundo o Dr. Gilvásio, isso pode ser sintetizado na seguinte visão: conhecimento é um bem público e não direito privado. Em termos legais, em muitos países, isso foi expresso através de legislação, mas no Brasil ainda se encontra em tramitação no Congresso Nacional. Falou que a comunidade do software livre criou o Copy Left que reconhece a autoria, permitindo a intervenção de terceiros e mantendo esse direito a qualquer pessoa que venha a interferir no programa, desde que ela cite a origem e a fonte original do sistema. Segundo ele, essa é uma liberdade já que o Copy Left permite tudo que o Corporate não permite. Disse que se pode copiar o Copy Left, alterá-lo, dando-lhe o formato que quiser, distribuí-lo, vendê-lo, sendo esse um direito e até normalmente o produtor do software, que está sob Copy Left, incentiva a fazer isso, portanto, não é pirataria nem crise. Pelo

contrário, é um incentivo dado a cada um para que divulgue-o, melhore-o e passe-o para frente. Falou que, para o Poder Público em nosso país, para a quantidade imensa de pesquisas e de trabalhos que são feitos nas universidades, nos centros acadêmicos e nos centros de tecnologia, considera-se que toda e qualquer pesquisa desenvolvida com recursos públicos, tem que ser e deve ser um bem público. Falou que se qualquer software desenvolvido, qualquer documentação é desenvolvida através do uso de recursos públicos, o resultante disso deve ser um bem público, um conhecimento público. Sobre o assunto dos softwares livres, que ainda se encontra em tramitação no Congresso Nacional, conforme o Dr. Gilvásio já dissera, há também um bloqueio muito grande dos representantes mais ligados às empresas de informática, mas ele espera que o Projeto seja aprovado. Falou também que os produtores de softwares proprietários tentaram desclassificar o software livre alegando má qualidade, baixa confiabilidade, problemas. Conforme ele, isso foi desmoralizado à medida que no mundo, nas mais diferentes comparações realizadas, o Linux é mais estável, mais seguro. Falou que o Linux é melhor do que os sistemas proprietários em uso, inclusive na maioria das empresas e na administração pública. Falou que o que foi levantado, em cada um dos membros da comunidade dos software livres, não é uma visão de se colocar uma camisa de força e obrigar o uso do software livre sem qualquer análise, pelo contrário, a visão é que se tenha a liberdade, que hoje é negada em muitos casos pela pressão comercial, pela pressão da cultura pré-existente, pela força da inércia da administração pública em se continuar usando um software proprietário. Destacou a grande vitória que se obteve pela ação de dois deputados, sendo um deles o Deputado Federal Sérgio Miranda que conseguiu impedir que o governo brasileiro gastasse centenas de milhões de reais, quando questionou sobre o assunto e conseguiu impedir que fosse montado um sistema que obrigava a cada brasileiro, a cada estudante e que formava a cabeça de cada estudante para ele continuar utilizando o software proprietário. Falou que a visão é tão ampla no sentido desse direito democrático de se poder avaliar e optar, que o foi aprovado é o uso nas escolas de computadores que tenham os dois softwares, em que se pode escolher se vai utilizar o Windows ou o Linux. Devido a isso, segundo ele, é fundamental se ampliar a discussão e, por isso, num Estado em que diz que está falido e que não possui recursos para atender as mais básicas necessidades de saúde, educação e que gastou, no ano de dois mil e um, mais de um bilhão de reais em licenças de uso de software, pare para pensar e analisar as formas de deixar de realizar essa sangria nas finanças públicas. Vereador Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho: Agradeceu e disse que, antes de abrir a palavra aos demais, pediu ao Vereador de Viçosa, Adriano Henrique para falar da experiência de Viçosa. Vereador Adriano Henrique: Falou que são interessantes os argumentos técnicos apresentados pelo Sr. Gilvásio que avalizam a proposta do software livre e que, por trás do software livre, tem também uma grande conotação política. Disse que a grande tarefa e a grande responsabilidade dos agentes políticos é justamente estarem preocupados com as questões que vão ter repercussão na sociedade. Falou que se assiste hoje na sociedade a esse sistema em que se vive, extremamente excludente e que gerou um outro tipo de exclusão: a exclusão digital. Como exemplo da exclusão digital citou quando se pega um anúncio de auxiliar de escritório em que se tem que possuir conhecimento obrigatório de informática. Porém, ele falou que, quando se vive numa realidade de extremo desemprego, nota-se que o fator conhecimento em informática é muitas vezes determinante para a pessoa conseguir ou não um emprego, qualquer que seja. Falou que é interessante identificar isso e ver que, por trás desse Projeto de Lei, o qual o Vereador Ariosvaldo apresenta na Câmara Municipal de Ouro Preto e que já fora apresentado na Câmara Municipal de Viçosa, existe uma grande preocupação social, uma grande preocupação com as finanças públicas, porque nada se justifica gastar enorme quantidade de dinheiro em licenciamento. Falou que hoje tem que apontar no sentido de otimizar os gastos públicos em serviços essenciais para o povo como a educação, a saúde e a segurança. Falou que, para se licenciar atualmente um pacote da Microsoft, da Windows, gasta-se em torno de mil e quatrocentos reais. Disse que, para licenciar um software-proprietário, tem que se gastar essa quantia, a qual poderia se gastar com outras atividades do Poder Público. Disse também que um pacote de software livre, que segundo ele é bom deixar bem claro que não significa gratuito, sai por uma quantia bem menor, além de se ter a liberdade de se ter acesso ao código fonte do programa, adaptando-o à realidade e a necessidade. Disse que o que queria colocar para todos os presentes é que esse projeto, que na verdade é uma diretriz, a qual diz que a Prefeitura de Ouro Preto vai estar usando preferencialmente programas com código fonte aberta. Disse também que não se está entrando na competência exclusiva do Poder Executivo que é determinar as questões administrativas. Falou que tem que se apelar para o próprio senso de responsabilidade e de compromisso que qualquer agente público tem que ter: a diretriz

de economizar e de patrocinar o bem-estar para o povo. Segundo ele, isso passa exatamente por essa questão de se incluir essas pessoas nesta nova conjectura marcadamente, neste novo século e neste milênio em que a informática, sem dúvida alguma, vai ser uma grande riqueza. Falou que esse Projeto tem uma abrangência social. Falou que em Viçosa houve uma discussão importante e fizeram uma Audiência Pública nos mesmos moldes da que ocorre aqui em Ouro Preto. Na Audiência Pública feita em Viçosa, discutiram com a comunidade para acompanhar a aplicação da política de informática por parte da Prefeitura. Falou de locais importantes que usam o software livre como a Nasa, a Telefônica da Suécia, o Parlamento Alemão, dentre outros. Falou que a discussão sobre o assunto, já que é importante devido à grande onda do momento, além de que conhecimento representa o poder, logo o assunto não é algo secundário. Falou também do Colegiado que a lei vê para traçar a política de informática. Falou que as questões que envolvem a informática em Viçosa ainda estão engatinhando e que ainda consultam arquivos poeirentos, já que ainda não possuem nenhuma base de dados consolidada. A informatização, segundo ele, representa comodidade para a população e para o agente público. Falou que pensar no assunto é uma questão de primeira necessidade, até mesmo para o assessoramento mais efetivo da máquina pública. Falou que no Projeto de Viçosa, acerca da informática e da utilização dos softwares livres, se prevê um Colegiado que envolve a Secretaria que trabalha com desenvolvimento, ciência e tecnologia, a Secretaria de Finanças, a Secretaria de Educação, as autarquias do Município, representantes da Universidade Federal de Viçosa, representantes da Câmara Municipal de Viçosa. Ele falou que se vê que o Colegiado vai estar traçando essa política que o Município estará adotando para ter a informatização. As incumbências do Colegiado, segundo ele, transcendem pura e simplesmente a aplicação da lei que traça as diretrizes do Município em estar adotando programas de código aberto; passam pela aquisição de equipamentos para a área de informática. Falou que o Colegiado é importante até para indicar o caminho para o poder público. O Colegiado também avalia a capacidade e o desempenho dos profissionais da Prefeitura, capacitando-os. Falou que o uso de software livre fortalece o mercado de trabalho no ramo da informática, pois acaba gerando novas empresas. Falou também que: a Lei sobre a implantação de software livre em Viçosa é recente; pretende-se com isso incluir digitalmente o cidadão e ter ações efetivas nesse sentido; pretende-se incluir um laboratório de inclusão digital na Universidade Federal de Viçosa. Tudo isso visando criar um grande espaço para se democratizar o acesso à informática, capacitando as pessoas visando combater a exclusão digital. Falou que levantar a bandeira do software livre tem um amplo espectro de atuações, desde o aspecto social até o aspecto da soberania nacional, que é romper justamente com a dependência tecnológica. Encerrou sua fala parabenizando o Vereador Ariosvaldo Figueiredo pela iniciativa de se discutir o presente assunto. Sra. Marinalva, funcionária da Câmara Municipal de Ouro Preto: Fez um análise da situação da Câmara. Falou que as pessoas já trabalham com o windows desde quando ele surgiu, sendo que há: o medo do próprio funcionário em ter que trabalhar com um sistema novo; o medo do presidente da instituição de saber como vai atuar com isso, além do medo de se inserir no novo e dar alguma coisa errada, tendo que voltar para o sistema antigo. Falou que não há uma "cabeça aberta" nas instituições públicas quanto a isso, quanto à economia que oferecem os softwares livres para a instituição pública. Citou também os gastos que uma instituição tem com os softwares proprietários, assim como os problemas decorrentes destes. Em síntese, falou das vantagens dos softwares livres e que o problema maior que se tem é a falta de informações que se tem, porque há pouco interesse da instituição pública em saber como os softwares livres funcionam, já que é um sistema novo e as pessoas não conhecem a plataforma Linux. Falou que a presente Audiência Pública é boa para esclarecer isso. Vereador Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho: Falou do levantamento de custo que foi feito na Câmara acerca do sistema de informática utilizado, comparando-o com o da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. Sra Marinalva: Apresentou a justificativa do porquê os gastos da Prefeitura serem menores do que os da Câmara. Vereador Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho: Falou que tentaram falar com o Secretário Municipal de Administração da Prefeitura a fim de que o mesmo comparecesse para falar sobre o sistema na Prefeitura, mas as tentativas foram em vão. Pediram também informações e também não obtiveram respostas. Abriu o espaço para que os presentes pudessem falar a fim de que novas idéias sobre o assuntos surgissem. Professor José Maria do Departamento de Computação da UFOP: Frisou o aspecto ético que envolve a discussão que se tem na cultura da informática no Brasil. Falou que há o hábito de se desrespeitar a lei no que se refere ao uso dos softwares. Citou as conseqüências disso para o futuro. Falou que, na política de incentivo ao software livre, assim como a adoção deste tipo de sistema, tem-se a oportunidade de se libertar do hábito pernicioso o qual a cultura

brasileira tem assimilado. Comentou como essas coisas acontecem dentro da universidade, criticou a postura que acabem tendo dentro da instituição, falando que se deixam levar pelas dificuldades que as limitações orçamentárias impõe, o que dificulta a utilização do Linux, segundo o professor. Falou que não há predominio do Linux na UFOP porque, converter os laboratórios para a plataforma Linux, implicaria exigir treinamento dos funcionários responsáveis, uma dedicação que não conseguiram e o esforço de fazerem essa transformação. Disse que, embora não tenham conseguido essa mudança de filosofia, do ponto de vista de formação de pessoal, mesmo que a experiência que a maioria dos alunos têm é com a plataforma Windows, eles já têm tido experiência com plataforma Linux, muitas vezes até por iniciativa própria. Falou também que do ponto de vista teórico e conceitual as disciplinas suprem a necessidade de conhecimento e os alunos têm saído e empregado em atividades de administração de sistemas baseados em Linux. Teceu comentários acerca das palavras da Sra. Marinalva, quando a mesma falou da questão do "medo do novo". Sr. Moacir: Falou da experiência que teve com o Linux e que esse sistema é uma forma do país se libertar futuramente na parte tecnológica. Falou que a parte do medo cultural pode ser quebrada no sentido de que se pode mostrar que uma plataforma é quase igual a outra. Falou que há uma tendência nova em que há empresas comerciais que estão mudando para a plataforma Linux, exigindo que os funcionários trabalhem com esse tipo de software e contratando pessoas em conhecimento nessa área. Falou que não se pode ter medo de mudar porque as pessoas têm a conhecimento para adotar essa nova tecnologia. Falou que essa mudança implica em políticas e como essa política vai ser implementada. Sr. Gildásio Westiu: Falou que não defende que o estado pegue os seus poucos recursos e invista para comprar uma cópia de cada software para cada computador. Fez um relatório sobre o Linux, comparando com o Windows. Citou também experiências feitas nos órgãos públicos e em empresas com o software livre. Falou também da economia que se obtém quando se adota o sistema de software livre, assim como a vantagem do mesmo. Sugeriu à Câmara Municipal de Ouro Preto que começasse a participar desse processo de ruptura da resistência, que existe com relação ao uso dos softwares livres, que pegue alguns computadores e instale o Linux e o editor de texto, colocando-o à disposição das pessoas. Falou que o software livre não reduz mercado, pelo contrário, ele amplia o mercado, sendo que isso está provado em todos os lugares em que ele foi implementado. Vereador Adriano Henrique: Falou que tem certeza de que, a partir desta Audiência Pública, pode-se dar um passo importante para a concretização para a tecnologia da informação. Pediu que todos os Vereadores da Câmara Municipal de Ouro Preto tenham conhecimento da proposta apresentada e que se tornem também partidários da questão que envolve o software livre. Vereador Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho: Falou sobre o Projeto de Lei, que tramita na Câmara, sobre a implantação dos softwares livres. Sra Marinalva, funcionário da Câmara Municipal de Ouro Preto: Perguntou ao Sr. Gildásio sobre como transferir dados de um programa fechado para um programa aberto. Sr. Gildásio Westiu: Falou que, pela experiência que tem, pode-se até continuar utilizando esse sistema antigo a partir de um computador em que se tem o Linux sem nenhum problema. Disse que isso está testado e em uso na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Vereador Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho: Perguntou aos presentes se gostariam de utilizar das palavras para fazerem suas considerações finais. Feitas as considerações finais, agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a presente Audiência Pública que foi lavrada no dia 06 de julho de 2005, por Rosângela Arlinda Estanislau, agente legislativo I desta Casa Legislativa.